

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
4 - NIRE 21300006869		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV.COLARES MOREIRA,477				2 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENCA II	
3 - CEP 65075-441		4 - MUNICÍPIO SÃO LUIS			5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 217-2216	8 - TELEFONE 217-2119	9 - TELEFONE 217-2200	10 - TELEX 982115	
11 - DDD 098	12 - FAX 217-2219	13 - FAX 217-2221	14 - FAX -		
15 - E-MAIL cemarsfc@cemar-ma.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME SINVAL ZAIDAN GAMA- INTERVENTOR R.439/02					
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV. COLARES MOREIRA, 477				3 - BAIRRO OU DISTRITO RENASCENCA II	
4 - CEP 65075-441		5 - MUNICÍPIO SÃO LUIS			6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 217-2119	9 - TELEFONE 217-2120	10 - TELEFONE -	11 - TELEX 982115	
12 - DDD 098	13 - FAX 235-3024	14 - FAX -	15 - FAX -		
16 - E-MAIL sinval.gama@cemar-ma.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2002	31/12/2002	3	01/07/2002	30/09/2002	2	01/04/2002	30/06/2002
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS - AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO VALDIR RENATO COSCODAI					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 031.065.768-71		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2002	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2002	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2001
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	514.364.398	514.364.398	514.364.398
2 - Preferenciais	9.359.924	9.359.924	9.359.924
3 - Total	523.724.322	523.724.322	523.724.322
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1990200 - Serviços de Eletricidade
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 14/11/2002	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
1	Ativo Total	830.735	828.208
1.01	Ativo Circulante	197.232	192.434
1.01.01	Disponibilidades	5.499	8.915
1.01.01.01	Caixa	431	288
1.01.01.02	Contas Bancárias a Vista	4.801	8.201
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	0	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa Sao Luis	267	426
1.01.01.05	Aplicações em Aberto	0	0
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	0	0
1.01.02	Créditos	173.230	162.474
1.01.02.01	Consumidores Revendedores	220.377	216.919
1.01.02.02	Empregados	2.169	2.354
1.01.02.03	Serviço Pedido	2.676	1.980
1.01.02.04	Alienação de Bens e Direitos	72	97
1.01.02.05	Provisões Ativas	0	0
1.01.02.06	Provisão p/ Creditos Liquidação Duvidosa	(52.064)	(58.876)
1.01.03	Estoques	4.553	5.503
1.01.03.01	Almoxarifado	4.469	4.841
1.01.03.02	Compras em Curso	0	9
1.01.03.03	Adiantamento a Fornecedores Materias	84	1.150
1.01.03.04	Prov. p/ Realização Valor de Mercado	0	(497)
1.01.04	Outros	13.950	15.542
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	3.682	3.374
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	4.641	7.529
1.01.04.03	Outros	5.627	4.639
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.175	61.226
1.02.01	Créditos Diversos	54.589	53.087
1.02.01.01	Consumidores e Revendedores	54.589	53.087
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	9.586	8.139
1.02.03.01	Créditos Tributários	0	0
1.03	Ativo Permanente	569.328	574.548
1.03.01	Investimentos	135	135
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	569.193	572.314
1.03.02.01	Produção	961	974

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2002	4 -30/06/2002
1.03.02.02	Distribuição	638.622	641.674
1.03.02.03	Administração	12.215	12.238
1.03.02.04	Obrigações Vinculadas a Concessão Serviç	(82.605)	(82.572)
1.03.03	Diferido	0	2.099

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2002	4 - 30/06/2002
2	Passivo Total	830.735	828.208
2.01	Passivo Circulante	414.949	358.552
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	140.026	142.549
2.01.02	Debêntures	2.276	2.147
2.01.03	Fornecedores	115.448	98.651
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	15.476	14.686
2.01.04.01	Encargos Sociais	3.772	3.239
2.01.04.02	ICMS	5.515	5.258
2.01.04.03	Parcelamento de Impostos e Enc. Sociais	6.189	6.189
2.01.04.04	IPTU	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	13.281	12.521
2.01.06.01	Folha de Pagamento	8.550	7.884
2.01.06.02	Contingências Judiciais	4.731	4.637
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	95.019	51.702
2.01.08	Outros	33.423	36.296
2.01.08.01	Encargos do Consumidor a Receber	13.659	15.656
2.01.08.02	Cauções em Garantia	541	610
2.01.08.03	Folha de Pagamento	0	0
2.01.08.04	Taxa de Iluminação Pública	8.086	9.807
2.01.08.05	Programa de Demissão Voluntária	343	386
2.01.08.06	Outros	10.794	9.837
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	476.244	477.039
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	206.029	199.900
2.02.02	Debêntures	150.000	150.000
2.02.03	Provisões	50.773	61.268
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	69.442	65.871
2.02.05.01	Obrig. Vinc. a Concessão do Serviço	0	0
2.02.05.02	Parcelamento de Impostos e Enc.Sociais	8.741	10.332
2.02.05.03	Dívida e Compromisso Atuarial	24.236	23.616
2.02.05.04	Ressarcimento aos Geradores	33.343	29.207
2.02.05.05	Outros	3.122	2.716
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	(60.458)	(7.383)
2.05.01	Capital Social Realizado	512.049	512.049
2.05.02	Reservas de Capital	7.304	7.304
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2002	4 -30/06/2002
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(579.811)	(526.736)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	118.005	328.833	115.678	324.222
3.02	Deduções da Receita Bruta	(27.825)	(74.661)	(23.073)	(64.775)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	90.180	254.172	92.605	259.447
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(67.360)	(182.978)	(51.941)	(162.051)
3.05	Resultado Bruto	22.820	71.194	40.664	97.396
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(75.319)	(157.363)	(75.856)	(177.846)
3.06.01	Com Vendas	(8.684)	(28.981)	(10.123)	(28.396)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(8.604)	(22.426)	(9.997)	(28.968)
3.06.03	Financeiras	(63.027)	(116.188)	(20.592)	(51.217)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.188	15.744	2.701	6.552
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(68.215)	(131.932)	(23.293)	(57.769)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	12.140	29.118	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(7.144)	(18.886)	(35.144)	(69.265)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	(52.499)	(86.169)	(35.192)	(80.450)
3.08	Resultado Não Operacional	(576)	(1.583)	(3.167)	(4.093)
3.08.01	Receitas	479	481	558	990
3.08.02	Despesas	(1.055)	(2.064)	(3.725)	(5.083)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(53.075)	(87.752)	(38.359)	(84.543)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	(131.088)	(131.088)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(53.075)	(87.752)	(169.447)	(215.631)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2002 a 30/09/2002	4 - 01/01/2002 a 30/09/2002	5 - 01/07/2001 a 30/09/2001	6 - 01/01/2001 a 30/09/2001
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	523.724.322	523.724.322	523.724.322	523.724.322
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)				
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(0,00010)	(0,00017)	(0,00032)	(0,00041)

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Maranhão – CEMAR é uma empresa de economia privada de capital aberto, que tem como atividades principais a distribuição e comercialização de energia elétrica, além da construção e operação de sistemas de geração, em pequena escala. Sua área de concessão é o Estado do Maranhão, atendendo aproximadamente 1.053.378 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil quilômetros quadrados.

A energia, comprada substancialmente da Eletronorte, com a qual possui contrato para compra de energia até o ano de 2005, é comercializada com consumidores residenciais, comerciais, rurais e industriais, além dos órgãos dos poderes públicos, ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia.

A Companhia apurou até 30 de Setembro de 2002, prejuízo acumulado de cerca de R\$ 88 milhões, capital circulante negativo de cerca de R\$ 218 milhões e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 60 milhões. Como decorrência, na composição da estrutura de capital constata-se o domínio total do capital de terceiros devido em parte à postergação de pagamentos a fornecedores e instituições financeiras, fruto de negociações realizadas pela administração juntamente com as partes envolvidas. A fim de compatibilizar os recursos necessários para capital de giro e seu programa de investimentos, a administração trabalhou no final deste trimestre, em renegociações de empréstimos e contas a pagar com parcelas de curto prazo, merecendo destaque também o êxito referente a postergação da dívida com Eletronorte, Eletrobrás e Instituições Financeiras. Outras ações em curso para reverter a atual situação incluem as gestões de cobrança de contas em atraso, o programa de contenção de perdas e de religações e a busca de interessados na aquisição das ações dos atuais controladores (Nota 2(c)), cujo sucesso é relevante para a equalização financeira da Companhia, mas de desfecho presentemente indeterminado e que não depende unicamente de ações da atual administração.

2 – CONCORDATA PREVENTIVA E INTERVENÇÃO ADMINISTRATIVA DA ANEEL

(a) Concordata Preventiva

A administração da Companhia, em 21 de agosto de 2002, por ordem expressa da acionista majoritária Brisk Participações Ltda, entrou com o pedido de concordata preventiva perante a 5ª. Vara da Justiça Estadual Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

Em 09 de setembro de 2002, durante o período do processo de intervenção na Companhia (Nota 2 (b) a seguir), foi obtida Sentença de Extinção da concordata preventiva em função de opção, pelo interventor, pela desistência do processo e pela percepção do juízo sobre a ausência de documentos indispensáveis à avaliação do mérito que motivaram a inevitável extinção. Este resultado evitou a aceleração dos vencimentos dos passivos, inclusive das debêntures, falência e consequentemente caducidade da concessão, e contribuiu para a normalização das operações da Companhia.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Intervenção Administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução 439/02, decretou em 21 de agosto de 2002 a intervenção cautelar administrativa na CEMAR por um prazo de 180 dias, podendo o mesmo ser prorrogado. A referida intervenção foi comunicada ao mercado pelo Fato Relevante publicado em 29 de agosto de 2002.

Em resumo, dentre as razões consideradas por aquela Agência, para a presente Intervenção e constantes da referida resolução, merecem destaque:

- poder-dever da ANEEL em adotar as medidas necessárias para garantir a continuidade e a qualidade da prestação do serviço público de energia elétrica;
- a situação financeira da concessionária observada como crítica em relatórios de fiscalização, as dificuldades de novas captações e de reestruturação da dívida que poderiam comprometer, em curto espaço de tempo, a operação, manutenção, expansão e ampliação do sistema elétrico e a conseqüente prestação do serviço adequado aos consumidores;
- publicação de Fato Relevante em 31 de janeiro de 2002 informando que a PPL Corporation, acionista controladora, anunciou que não deverá fazer investimentos adicionais na CEMAR;
- o não cumprimento de prazo concedido pela ANEEL, para a companhia apresentar o plano de equacionamento de sua crítica situação financeira;
- o parecer dos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras da CEMAR encerradas em 31 de dezembro de 2001, com parágrafo de ênfase indicando que os constantes prejuízos, excesso de passivos sobre ativos circulantes e as incertezas quanto à obtenção de recursos financeiros “suscitam dúvidas sobre a continuidade operacional da companhia”;
- a publicação de Fato Relevante pela administração da companhia informando anúncio efetuado pela controladora de que não mais faria investimentos na CEMAR e a posterior comunicação feita à ANEEL, pelo acionista controlador, de sua decisão de retirar-se da sociedade, com a apresentação de requerimento solicitando a transferência do controle societário indireto detido pela PPL Global & LLC, na CEMAR;
- há evidências de deterioração da capacidade de pagamento da concessionária, inclusive com sua inclusão no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN. A falta de recursos, bem como as dificuldades de novas captações e de reestruturação da dívida existente na concessionária estão afetando a operação, manutenção, expansão e ampliação do sistema elétrico;
- existência de credores executando as garantias dos contratos de financiamentos contraídos pela CEMAR e ações na justiça visando a suspensão do direito de voto do controlador direto da Companhia, a BRISK Participações Ltda., e intimando seus administradores a não praticar, sob pena de desobediência, quaisquer atos tendentes ao requerimento da falência da companhia; e

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- discussão sobre ajustes contábeis (Nota 16) para o atendimento aos princípios e práticas contábeis previstos em Regulamento específico do setor elétrico.

Para o exercício da citada Intervenção Administrativa foi designado interventor, competindo-lhe dentre outras as seguintes tarefas:

- Edição de atos de gestão e administração da concessionária, necessários aos objetivos da intervenção;
- Identificar e relatar à ANEEL quaisquer irregularidades;
- Zelar pelo cumprimento das condições do Contrato de Concessão, em particular quanto à preservação e quantificação dos bens reversíveis;
- Implementar as práticas contábeis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica;
- Apresentar a ANEEL plano de reestruturação econômico-financeira que vise assegurar a capacidade operacional da concessionária;
- Apresentar os relatórios de auditoria contábil-financeira, nas datas-base de assunção e de encerramento da intervenção;
- Disponibilizar os dados e as informações necessárias à análise jurídica, contábil, financeira, operacional e técnica da concessionária, além de outros que viabilizem a formulação e apresentação, ao acionista controlador, de propostas de investidores interessados na aquisição das ações de controle da CEMAR;

Consoante Resolução da ANEEL, foram afastados os antigos administradores e nomeados dois novos diretores (de Gestão e Técnica). Consoante ainda a citada Resolução, foi contratada empresa de auditoria independente para apresentar os relatórios de auditoria contábil - financeira, nas datas - base de assunção e de encerramento da intervenção, cujos trabalhos se iniciaram em 04 de novembro de 2002 e ainda não foram concluídos.

(c) Processo de transferência de controle acionário

Dada a decisão do acionista controlador em retirar-se da sociedade, e em decorrência das ações endereçadas pela ANEEL, o interventor publicou Fato Relevante, em 07 de outubro de 2002, comunicando a abertura da sala de dados e o calendário a ser cumprido pelos investidores interessados, inclusive junto à ANEEL, até a formalização da transferência do controle societário direto da Cemar, pela acionista controladora Brisk Participações LTDA, ou então, o controle societário indireto pela PPL GLOBAL & LLC, cuja previsão é 20/12/2002.

A Sala de Dados foi aberta ao público no mesmo dia 07 de outubro de 2002 e encerrada em 21 do mesmo mês, conforme programado, e foi visitada por três empresas, a saber: BRASCAN

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos, GP Investimentos e Docas Investimentos, cujas propostas foram pré- qualificadas pela ANEEL.

3 - CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

O contrato de concessão dos serviços de energia elétrica celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador foi firmado em 11 de agosto de 2000. Os principais aspectos deste Contrato podem ser resumidos como descrito a seguir.

O objeto do contrato é a concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão, destinado ao uso da população em geral, prestado em regime público.

O prazo da presente concessão terá seu termo final em 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com as cláusulas constantes nos referidos contratos, mediante requerimento da concessionária.

A concessão pressupõe a adequada qualidade do serviço prestado pela concessionária, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, observando os parâmetros e indicadores de qualidade dos serviços de energia elétrica, estabelecidos pela ANEEL.

O acervo da concessão, sendo a ela vinculados, é composto por todos os bens pertencentes ao patrimônio da concessionária, descritos no contrato de concessão do serviço de energia elétrica. No caso da extinção da concessão, todos os bens vinculados a ela reverterão automaticamente à ANEEL.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da concessionária, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes nos contratos de concessão a cada intervalo não inferior a 12 (doze) meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas nos contratos de concessão.

Durante o período de concessão compete à concessionária manter as seguintes apólices de seguros, conforme os prazos previstos de seguro do tipo "todos os riscos": seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade.

Estão previstas hipóteses de extinção do contrato de concessão, quais sejam: término do prazo da concessão, encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial e anulação e falência ou extinção da Concessionária, bem como previsão de indenização e intervenção em situações descritas nos contratos.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotadas estimativas para a contabilização das transações. As demonstrações financeiras contêm, portanto, estimativas referentes às taxas de depreciação dos bens do imobilizado, relativas às provisões para contingências, reconhecimento e reversão da provisão para faturamento estimado e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas feitas.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com a legislação societária, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas a seguir.

a) Efeitos inflacionários

Em conformidade com as disposições da Lei n.º 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes do ativo permanente, patrimônio líquido e obrigações vinculadas à concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

O saldo de consumidores e concessionários inclui os valores faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada e recomposição tarifária.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída para perdas prováveis com créditos de todos os consumidores, sem garantias, incluindo consumidores residenciais, industriais, comerciais e do governo. A provisão é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. No trimestre, a Companhia efetuou baixa de contas a receber incobráveis que já haviam sido contempladas na provisão para devedores duvidosos de trimestres anteriores.

Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de mercado.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade do Setor Público de Energia Elétrica, o ativo diferido composto pelo encargos incorridos por conta do lançamento de debêntures em junho de 2001 foi reclassificado para a conta de despesas pagas antecipadamente nos ativos circulante e realizável a longo prazo.

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Permanente

O imobilizado e os investimentos estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear. A partir do exercício de 1999, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução n.º 44, de 17/03/1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a.. O valor apurado é debitado parte ao resultado e parte ao custo das obras em andamento, em função da utilização dos bens.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redução do Ativo Imobilizado.

Em função do disposto na Instrução Contábil n.º 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Os Custos Indiretos de Obras em Curso são mensalmente apropriados às imobilizações em curso, mediante rateio, 10% de gastos administrativos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, como determinado pela ANEEL.

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

e) Resultado

É apurado pelo regime de competência dos exercícios.

5. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e prestação de serviços de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Em R\$ mil	
	30/09/2002	30/06/2002
Consumidores		
Renda faturada		
Classes residencial e rural	35.874	39.004
Classe industrial	6.744	6.247
Classe comercial	14.936	15.572
Poder, serviço e iluminação pública	27.051	27.936
Renda não Faturada	65.897	61.675
Suprimento e Transmissão (Nota 5b)	59.506	51.595
Parcelamento de débitos	35.540	37.920
Outros	29.418	30.057
TOTAL	274.965	270.006
Circulante	220.377	216.919
Realizável a Longo Prazo	54.589	53.087

a) ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Em 26 de agosto de 2002, a Companhia aderiu ao Acordo Geral do Setor Elétrico, o que deverá permitir à Companhia melhorar o fluxo de caixa com a previsão de ingresso de recursos oriundos do bônus do racionamento, das próprias liquidações do Mercado Atacadista de Energia - MAE, da obtenção de empréstimo junto ao BNDES e dos recursos de compensação de baixa renda. Os montantes referentes à perda de margem e energia livre estão contabilizadas conforme os números divulgados pela ANEEL e pelo MAE, respectivamente.

O total de Renda não Faturada, demonstrada no quadro anterior, contempla os valores da Recomposição Tarifária, no montante de R\$ 50.968 mil, relativamente à Perda de Margem e à Energia Livre, calculados e registrados conforme previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico. Esses valores estão sendo amortizados mensalmente pela parcela do faturamento correspondente à utilização da nova tarifa cobrada a partir de janeiro de 2002.

O resumo dos principais efeitos do Acordo Geral do Setor Elétrico, está a seguir demonstrado:

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>R\$ mil</u>
Ativo	0
Recomposição Tarifária – perda de margem	29.250
Energia livre – repasse tarifário aos consumidores	<u>30.514</u>
Em 31 de dezembro de 2001	59.764
Atualização	6.885
Amortização da perda de margem	(<u>15.681</u>)
Saldo em 30 de Setembro de 2002 – Renda não Faturada	<u>50.968</u>
Passivo	
PIS e COFINS – circulante	(519)
Parcela A – circulante	(1.526)
Ressarcimento aos geradores – exigível a longo prazo	(29.400)
ICMS, PIS e COFINS – exigível a longo prazo	(2.583)
Atualização	(<u>3.943</u>)
Saldo em 30 de Setembro de 2002	(<u>37.871</u>)
Efeito líquido total do acordo de setor elétrico, em 30 de setembro de 2002	<u>13.097</u>

Adicionalmente, destaca-se:

Bônus do Racionamento – Através dos despachos da Aneel números 305 de 22 de maio de 2002 e 593 de 27 de agosto de 2002, foram autorizados, respectivamente, os repasses de R\$ 745 mil e R\$ 1.885 mil, cujos valores foram creditados na Cemar em 22 de Outubro de 2002.

Recursos do Processo de Baixa Renda – O valor preliminar, estimado pela Aneel para o período compreendido entre aplicação da lei 10.438 e a próxima revisão periódica de tarifas, é da ordem de R\$ 39 milhões, e o financiamento já foi homologado pela Eletrobrás através do contrato ECF 2192/2002. A primeira parcela, referente aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2002 perfazendo R\$ 6,7 milhões, foi creditada para Cemar em 22 de Outubro de 2002, e a partir de Setembro a previsão mensal é o ingresso de R\$ 1,7 milhões.

Recursos de Financiamentos do BNDES – Referem-se ao financiamento para recompor a perda de receita decorrente do racionamento conforme estabelecido no Acordo Geral do Setor Elétrico e o montante para Cemar é de 21,8 milhões. O processo de captação dos recursos encontra-se com Carta Consulta aprovada e em fase de assinatura do contrato.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA - MAE

O Mercado Atacadista de Energia – MAE , criado pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto 2.655, de 02 de julho de 1998, é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos.

A apuração da venda de energia de curto prazo a revendedores é realizada pela MAE, de acordo com os critérios estabelecidos por Resoluções da ANEEL .

Do saldo existente em 30 de Setembro de 2002 (R\$ 59.506 mil), o montante de R\$ 29.678 mil refere-se à contabilização das operações efetuadas no MAE no período de setembro de 2000 até junho de 2001, e estão de acordo com os Relatórios de Contabilização disponibilizados e homologados pela MAE.

Para o exercício de 2002, com as dificuldades apresentadas pelo MAE no que diz respeito à contabilização das transações ocorridas e com ausência de algumas definições de grande impacto na apuração dos números , a companhia adotou o procedimento de contabilizar as receitas do MAE para o trimestre atual com base nos dados dos controles internos existentes e o preço da tarifa média fixada no acordo geral do setor em R\$ 73,39, resultando um montante de receitas de R\$ 29.883 mil, cabendo a esse trimestre o montante de R\$ 7.973 mil. Assim, os valores apurados têm caráter preliminar podendo sofrer alteração quando de sua apuração final.

c) PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Do total de parcelamento de débitos, R\$ 5.405 mil registrado no Circulante como Consumidores e Revendedores, e R\$ mil 2.478 no Realizável a Longo Prazo (em 30.06.02 - R\$ 5.405 mil e R\$ 2.991 mil, respectivamente), correspondem ao parcelamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão – CAEMA. Refere-se a dívida de energia elétrica fornecida pela CEMAR, conforme Termo de Confissão de Dívida, Cessão de Crédito e Promessa de Pagamento celebrado entre as partes interessadas, com a interveniência do Governo do Estado do Maranhão.

d) PARTICIPAÇÃO EM LEILÃO DE ENERGIA

A Companhia participou no leilão de energia realizado pelas geradoras estatais, participação esta que dependia da pré-qualificação no MAE e deveria atender às exigências referentes à documentação, restrições previstas no Edital e à regularidade na situação jurídica e fiscal. Com o êxito nas negociações ocorridas com a Eletrobrás e Eletronorte (Nota (1)) e a desistência do pedido de concordata preventiva, a Cemar cumpriu todas as exigências para a pré-qualificação e, com isso pôde participar do leilão de energia ocorrido em 19 de setembro de 2002, tendo obtido os resultados satisfatórios e garantia de poder atender o mercado de 2003 a 2006 mediante compra junto a Chesf e Eltronorte.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. ATIVO IMOBILIZADO

	R\$ mil	
	30/09/2002	30/06/2002
Imobilizado em Serviço		
• Produção	2.314	2.314
• Distribuição	920.295	889.599
• Comercialização	7.382	7.286
• Administração	10.477	8.887
	<u>940.468</u>	<u>908.086</u>
• Depreciação Acumulada	(349.505)	(340.999)
	590.963	567.087
Imobilizado em Curso	60.835	87.799
Obrigações Vinculadas à Concessão	(82.605)	(82.572)
Total	<u>569.193</u>	<u>572.314</u>

Em 30 de Setembro de 2002, o imobilizado em curso está representado por obras em andamento e materiais em depósito, nos montantes de R\$ 26.622 mil e R\$ 34.212 mil, respectivamente, além dos juros capitalizados no montante de R\$ 11.738 mil. Dentre as obras em andamento, cerca de R\$ 6.848 mil referem-se a obras paralisadas, cuja continuidade está presentemente sendo avaliada pela administração.

7. FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	30/09/2002	30/06/2002
Suprimento de Energia Elétrica		
• ELETRONORTE	93.343	78.611
• CEPISA	306	259
Uso do Sistema de Transmissão	3.879	2.937
Materiais e Serviços	17.920	16.845
	<u>115.448</u>	<u>98.652</u>

O saldo a pagar com a Eletronorte está composto da seguinte forma:

Saldo em 30/09/2002	
A vencer	Vencido
16.072	77.271

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A companhia vem envidando esforços no sentido de compatibilizar o fluxo dos recursos necessários para o seu capital de giro e programa de investimentos, negociando prazos, além de outras ações, até a consolidação da transferência do controle acionário, prevista para 20/12/2002.

8. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Com o ingresso no REFIS, datado de 29 de Novembro de 2000, a companhia assumiu determinadas obrigações, conforme legislação correspondente, dentre as quais destacam-se: a autorização de acesso irrestrito, pela SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira; o acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético de dados, inclusive os indiciários de receitas; o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidos a partir de 29 de fevereiro de 2000, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento. A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e automática execução de garantia prestada.

O prazo remanescente para a liquidação da dívida é de aproximadamente 3 anos. Como garantia, foram fornecidos créditos oriundos das vendas de energia elétrica. Dos valores incluídos no REFIS, a movimentação para 30 de Junho de 2002, pode ser assim demonstrada:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31/12/2001	19.225
(-) Pagamentos em 2002.	5.583
(+) Atualizações em 2002.	<u>1.288</u>
Saldo em 30/09/2002	<u>14.931</u>
Circulante	<u>6.189</u>
Exigível a longo prazo	<u>8.741</u>

O valor presente desse passivo, atualizado pela TJLP, monta a R\$ 10.458 mil.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DÍVIDAS

a) Composição

	R\$ mil			
	30/09/2002		30/06/2002	
	PRINCIPAL E ENCARGOS CURTO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS LONGO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS CURTO PRAZO	PRINCIPAL E ENCARGOS LONGO PRAZO
MOEDA ESTRANGEIRA				
Tesouro Nacional	1.478	34.056	853	24.871
Instituição financeira			17.046	
	<u>1.478</u>	<u>34.056</u>	<u>17.899</u>	<u>24.871</u>
MOEDA NACIONAL				
ELETOBRÁS	79.357	131.186	65.129	134.337
ELETRONORTE	11.202	33.307	8.269	32.458
Instituições Financeiras	47.989	7.480	51.251	8.234
	<u>138.548</u>	<u>171.973</u>	<u>124.649</u>	<u>175.029</u>
Empréstimos e financiamentos	140.026	206.029	142.548	199.900
Dívida com empresa ligada	95.019		51.702	
FASCEMAR (Nota 13 b)	1.488	17.699	1.429	17.303
Debêntures	2.276	150.000	2.147	150.000
	<u>238.809</u>	<u>373.728</u>	<u>197.826</u>	<u>367.203</u>
Total da dívida	238.809	373.728	197.826	367.203

b) Sumário das principais operações

- (i) Os contratos com a Eletrobrás referem-se, basicamente, a recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações e para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação da receita da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias.
- (ii) A CEMAR transferiu para a Eletronorte, através de contrato de “Transferência de bens e direitos e instalação por dação em pagamento parcial e repactuação da forma de quitação de débitos remanescentes”, os ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV, composto pela linha de transmissão Tap Caxias/Coelho Neto e o pátio de 230 KV da subestação Coelho Neto II. A obrigação decorre da diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte. A CEMAR ofereceu à Eletronorte, como garantia da fiel execução deste Termo, procuração na qual vincula até 25% de suas receitas próprias.
- (iii) As operações com instituições financeiras são compostas por empréstimos para capital de giro, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iv) O saldo com ao Tesouro Nacional refere-se a financiamentos de contratos de médio e longo prazo e juros devidos a bancos comerciais e outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções n° 1.541/88 e n° 1.564/89, do Conselho Monetário Nacional – CMN, objeto de permuta por bônus emitidos pela União. Estão garantidos por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.
- (v) O saldo com empresa ligada é composto por valores referentes a financiamentos mantidos pela CEMAR junto aos bancos Dresdner Bank e Bank Boston, que foram liquidados pela PPL GLOBAL & LLC., avalista da operação. Esta dívida, no valor de Us\$ 24,1 milhões quando da transferência do controle acionário, vide nota 2 letra (c), será transformada em capital em nome do novo controlador, conforme compromisso expresso pela PPL GLOBAL & LLC.

c) Escalonamento dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 238.809 mil mais os valores da FASCEMAR e das debêntures, que totalizam R\$ 373.728 mil, tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$ mil</u>
2003	59.477
2004	53.576
2005	39.408
2006	174.807
2007	19.148
Após 2007	27.312
	<u>373.728</u>

d) Composição por índice e moeda

- Em moeda estrangeira

<u>Moeda</u>	<u>Em US\$ mil</u>	<u>Varição 3º. Trim</u>	<u>Taxa de juros</u>
Dólar norte-americano	9.169	36,93 %	Entre LIBOR + 0,81% a.a. e 8% a.a. fixa.
Dólar norte-americano	24.395	36,93 %	LIBOR + 1% a.a.

- Em moeda Nacional

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indexador	Em R\$ mil	Varição 3º Trim.	Taxa de juros
IGPM	198.190	6,82 %	11,4% a 12% a.a.
FINEL	53.546	1,34 %	8,1% a 8,5% a.a.
RGR	3.316	-	6,00% a.a.
CDI	221.958	4,42 %	1,75% a 4.90% a.a.
Pré Fixado	4.974	-	27,20% a.a.

As propostas de reescalonamento de pagamento das dívidas apresentadas pela Eletrobrás e Eletronorte possibilitaram a adequação do fluxo de caixa até dezembro de 2002. Adicionalmente, grande parte dos Bancos Credores com operações vencidas de curto prazo, também, acordou em estender os vencimentos para dezembro de 2002.

10. DEBÊNTURES

As debêntures, emitidas no montante de R\$ 150.000 mil em junho de 2001, foram aplicadas na otimização da estrutura de capital da companhia, através do alongamento do perfil do passivo oneroso, mediante amortização de notas promissórias emitidas pela emissora para distribuição pública, no fornecimento do capital de giro e no programa de investimentos para a melhoria e expansão dos serviços prestados pela companhia como concessionária de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão. As características da emissão pública das debêntures estão descritas abaixo:

Valor Nominal Unitário: R\$ 10.000,00

Quantidade: 15.000 debêntures.

Espécie: Com garantia flutuante.

Convertibilidade e Forma: Não conversível, nominativa escritural.

Prazo e data de Vencimento: 60 meses, vencendo em 1 de junho de 2006.

Juros remuneratórios e repactuação: Definidos conforme segue:

Primeiro período de incidência : Terá início na emissão das debêntures (01/06/01) e término (01/02/03). Para este período, a taxa de remuneração das debêntures será 100% da "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa correspondente ao percentual efetivo ao ano, base 252 dias, de 1% ao ano.

Bônus: Em decorrência da deliberação aprovada pelos debenturistas na assembléia geral de debenturistas de 04 de junho de 2002, a CEMAR está temporariamente dispensada da obrigação de observar os limites e índices econômicos financeiros indicados na escritura de emissão de debêntures. Esta dispensa vigorará até o trimestre a encerrar-se em 30 de setembro de 2002 (inclusive). A partir do trimestre a encerrar-se em 31.12.2002 estas obrigações voltam a serem exigidas. Em virtude desta decisão será pago aos debenturistas um bônus de 0,125% do valor nominal das debêntures acrescido da remuneração devida e não paga. Este desembolso será efetuada ao longo de oito meses (julho de 2002 a fevereiro de 2003) perfazendo um total de 1%.

Obrigações da Emissora:

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos casos relacionados aos índices econômicos financeiros, como acima, haverá a antecipação do vencimento das debêntures nos casos de saída dos atuais controladores, protesto de títulos cujo valor agregado ultrapasse R\$ 5 milhões e vencimento antecipado de obrigações decorrentes de inadimplemento com valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, entre outros.

Como resultado de negociações os debenturistas aprovaram em Assembléia Geral, por maioria dos votos, realizada em 21.05.2002, a proposta da CEMAR de postergação da data de repactuação das debêntures (“Período de Prorrogação”) para 1º de fevereiro de 2003 e, em 4 de junho de 2001, a não exigência de vencimento antecipado das mesmas.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Considerações Gerais

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelos consultores jurídicos e de valor estimável em 30 de Setembro de 2002, em processos trabalhistas, tributários e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. Para determinadas ações a Companhia já efetuou depósitos judiciais em montantes equivalentes ou inferiores. A administração acredita que a provisão para contingências, inclusive juros, é suficiente para cobrir perdas prováveis no caso de julgamentos desfavoráveis.

As perdas prováveis provisionadas, estão resumidas abaixo:

NATUREZA DA AÇÃO	R\$ mil	
	30/09/2002	30/06/2002
CIRCULANTE		
Cíveis	1.993	1.972
Trabalhistas	1.121	1.047
Tributárias	1.617	1.617
	<u>4.731</u>	<u>4.636</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cíveis	50.773	53.433
Trabalhistas		7.835
	<u>50.773</u>	<u>61.268</u>

b) Natureza das contingências

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ação indenizatória movida pelo Delta National Bank & Trust CO. of New York, na qual o Banco pleiteia uma indenização em razão do não cumprimento do Contrato de Compra e Venda de Títulos Securitizados do Tesouro Nacional (ELETS) e perdas decorrentes.
- Ação de Prestação de Contas, onde o Município de São Luís postula a prestação de contas da CEMAR, em relação à execução de um Convênio assinado em 1972, concernente à iluminação pública da cidade de São Luís, julgado procedente em primeira e segunda instância. A administração da companhia constituiu provisão para fazer face a valores que entende como devidos.
- Diversas ações relativas a demandas indenizatórias por perdas e danos, acidentes na rede, corte e falha no fornecimento de energia, faixa de servidão e de majoração de tarifa de energia elétrica, principalmente. O valor registrado considera a experiência histórica da companhia com os valores estipulados pelo Poder Judiciário e as circunstâncias específicas de cada causa. A administração não espera perdas relevantes, adicionais àquelas contabilizadas, relacionadas a essas ações.

c) Contingências não provisionadas

Além das perdas provisionadas, como acima, existem outras contingências monitoradas pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota e, assim, não são contabilizadas. Nem sempre a avaliação dessas causas permitem estimativas de valores. As causas de perdas possíveis montam, em 30.09.02, a cerca de R\$ 13.321 mil (30.06.2002-R\$ 14.670 mil).

0A CEMAR está sujeita a leis e regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal relacionados à preservação ambiental. A CEMAR tem avaliado a exposição aos riscos ambientais baseada na avaliação de dados disponíveis e acredita que o atendimento às leis e regulamentos aplicáveis não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras ou resultado das operações.

12. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 523.724.322 mil ações, sem valor nominal, sendo 514.364.398 mil ações ordinárias nominativas, 4.048.612 mil ações preferenciais nominativas classe "A" e 5.311.312 mil ações preferenciais nominativas classe "B".

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% para as de classe "A" e 10% para as de classe "B", calculados sobre o valor patrimonial delas.

O valor patrimonial, por lote de mil ações, do capital social em 30.09.02 é de R\$ -0,115 (30.06.02 é de R\$ -0,0142).

De acordo com os termos do leilão, a Brisk adquiriu, em setembro de 2001, as ações de propriedade dos funcionários, passando a deter 89,59% do capital votante da Cemar.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição acionária está abaixo demonstrada:

ACIONISTAS	QUANTIDADE - MIL	
	30/09/2002	30/06/2002
• Brisk Participações Ltda.	469.182.919	469.182.919
• ELETROBRÁS	8.550.462	8.550.462
• Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC	36.205.307	36.205.307
• Outros	9.785.634	9.785.634
	<u>523.724.322</u>	<u>523.724.322</u>

13. PLANO DE APOSENTADORIAS

a) Características do Plano

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR - FASCEMAR, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O plano previdenciário adotado pela FASCEMAR é de Benefício Definido, e na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à dos participantes da FASCEMAR. No trimestre findo em 30 de Setembro 2002, esse valor importou em R\$ 374 mil (no trimestre anterior R\$ 384 mil). O regime atuarial de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela CEMAR é de 6% da folha total da remuneração dos empregados da Companhia, participantes da FASCEMAR (4,54% contribuição normal e 1,65% contribuição amortizante). A contribuição dos Participantes Ativos é de 4,98% da remuneração total apurada em folha e a contribuição exclusiva para os Participantes Assistidos é da ordem de 3,14% incidentes sobre os benefícios pagos.

b) Dívida

Em 20 de Março de 2001, foi refinanciado o contrato de confissão de dívida entre a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR e a FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto a FASCEMAR, proveniente de retenções e atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado em 30 de Setembro de 2002, corresponde ao montante de R\$ 19.185 mil, sendo R\$ 1.487 mil a parcela de curto prazo nesta data e está garantido por recebíveis da Companhia. Os juros desse contrato são de 102% do DI over extra grupo. A dívida resultante deste contrato vem sendo paga em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001.

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Obrigações da Patrocinadora

Nos termos dos artigos 12, item 1 do Estatuto e 40 e 41 do Regulamento Interno da FASCEMAR, é de responsabilidade da Patrocinadora, a CEMAR, o aporte dos recursos necessários à prestação de benefícios que correspondam ao tempo de serviço vinculado à Previdência Oficial e que seja anterior à data de inscrição de seus empregados na Fundação.

0Até 31 de dezembro de 2001, a Companhia contabilizava em suas demonstrações contábeis os seus compromissos relacionados aos déficit atuariais oriundos dos planos de aposentadoria e pensão de seus funcionários de acordo com as regras estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Os estudos atuariais contratados para 31 de dezembro de 2000 e atualizados pela variação do Índice Geral de Preços e Mercado - IGP-M, para 30 de setembro de 2002, indicam compromisso de R\$ 6.537 mil, contabilizado no exigível a longo prazo.

d) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

De acordo com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a partir de 31 de dezembro de 2001 as empresas de capital aberto necessitam incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios a que os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON. O valor apurado, nesse sentido, monta a R\$ 11.847 mil, da data-base de 31 de dezembro de 2001.

Conforme alternativa prevista pelo citado normativo, a Companhia optou pelo reconhecimento do passivo no resultado do exercício dos próximos 5 anos ou pelo tempo médio de serviço ou vida remanescente dos empregados se estes forem menores.

14. SEGUROS

A Companhia mantém a cobertura de seguros contra incêndio, determinada por orientação de especialistas, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme demonstrado abaixo:

RISCO	Vigência	Em milhares de R\$ ou US\$		
		Importância Segurada	Prêmio	Moeda
- Incêndio	30.04.02 a 30.04.03	485.184	607	Dólares
- Veículos	19.06.02 a 19.06.03	120.500	213	Reais

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução n.º 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para divulgação, em nota explicativa, das considerações dos fatores de risco da companhia e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Considerações sobre Riscos

A CEMAR tem como atividade o fornecimento de energia elétrica a todos os municípios do estado do Maranhão. Seus principais fatores de riscos são:

Risco de Crédito: Os altos valores, bem como a idade dos recebíveis dos órgãos públicos e do MAE constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da empresa.

Risco de Taxa de Câmbio: A exposição de passivos em dólar que em Setembro de 2002 apresentava um saldo de R\$ 130 milhões representa um risco ao resultado da Cia.

Risco da Flutuação da Taxa de Juros: Devido ao alto grau de endividamento, a alteração da taxa básica de juros (longo ou curto prazo) pelo governo federal constitui um risco para a CEMAR a medida que onera seus custos de endividamento afetando o resultado.

Risco de Mercado: A quantidade de energia adquirida pela empresa está estabelecida no contrato inicial que a distribuidora tem com a ELETRONORTE e não necessariamente corresponde à quantidade requerida pelos clientes regulados. Uma vez que as sobras de energia devem ser comercializadas no MAE (onde os preços podem sofrer grandes variações, quando não são simplesmente arbitrados) e ainda corre-se o risco do não recebimento, a configuração do mercado de energia representa um risco para a CEMAR.

A valorização, na Companhia, dos principais instrumentos financeiros são os seguintes:

ATIVO

Disponibilidade e
Contas a receber

Os valores de tais instrumentos se aproximam do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO

Empréstimos e
Financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 30.09.02, nos mercados interno e externo.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. AJUSTES DETERMINADOS PELO ÓRGÃO REGULADOR

Em 24 de abril de 2002, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Relatório de Fiscalização – RF nº 001/2002, que contempla determinações relativas a necessidade de ajustes contábeis com conseqüências nas Demonstrações Financeiras da companhia os quais se relacionam principalmente a créditos fiscais (R\$ 131.088 mil) e provisões para devedores duvidosos (R\$ 59.463 mil) que poderão impactar no futuro, os resultados da Companhia.

0A administração encaminhou a ANEEL em 29 de agosto de 2002 uma resposta do relatório citado acima e esta aguardando um posicionamento por parte daquela Agência.

17. PREJUÍZOS FISCAIS E BASE NEGATIVA

Nos termos da Deliberação CVM nº 273/1998 e da Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos fiscais provenientes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e base negativa nos montantes de R\$ 727.135 mil e R\$ 308.130 mil, o que correspondem a créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social acumulados de R\$ 181.784 mil e R\$ 27.732 mil, respectivamente. Referidas normas estabelecem condições para o registro e manutenção de créditos fiscais diferidos, notadamente a apresentação de histórico de rentabilidade e de expectativa de rentabilidade futura, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo em um prazo máximo de 10 anos.

Os aspectos descritos na Nota 1 e 2 trazem, no momento, importante componente de incerteza para a elaboração de projeções fundamentadas em estudo técnico. As ações neste período de intervenção, por outro lado, tais como a adesão ao Acordo do Setor Elétrico (Nota 5a e 5b), por exemplo, objetivam mitigar as incertezas e contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES:

Para fins de atendimento à Resolução nº 439 – Artigo 2º - Inciso III – Letra “c”, apresentar os relatórios de auditoria contábil - financeira, nas datas - base de assunção e de encerramento da intervenção, elaborados pôr empresa de auditoria independente, foi contratada a empresa de auditoria independente (terceira), cujos trabalhos se iniciaram em 04 de novembro de 2002 e ainda encontram-se em fase de conclusão.

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Devido ao desequilíbrio econômico - financeiro em que se encontra, a empresa tentou juntamente com o governo, órgão regulador, instituições financeiras e fornecedores encontrar uma saída para seu problema de liquidez e sustentabilidade. O referido desequilíbrio foi também detectado pela ANEEL, e o mesmo foi um dos pontos em que se baseou aquela agência para decretar a intervenção administrativa em 21/08/2002 pela resolução nº 439, conforme nota 2

O resultado apurado no período findo em 30 de Setembro de 2002 apresentou um prejuízo de cerca de R\$ 88 milhões, formados principalmente pelas despesas financeiras liquidas que montam a cerca de R\$ 116 milhões que eliminaram o esforço operacional.

Resultado Operacional

Receita Operacional de Vendas

No período de janeiro a setembro de 2002, apresenta uma receita de R\$ 329 milhões, um pouco superior se comparado ao mesmo período anterior, influenciado pelos seguintes fatores básicos: aumento da tarifa de energia elétrica para recomposição das perdas com racionamento e Reajuste tarifário anual em agosto de 2001. Estes fatores foram compensados parcialmente pelo menor volume de energia vendida aos clientes regulados, que desenvolveram um novo padrão de consumo após o racionamento. O quadro abaixo demonstra o faturamento por tipo e classe de consumidores:

	30/09/2002			30/09/2001		
	Nº DE CLIENTES (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº DE CLIENTES (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residenciais	923.589	715.682	132.037	919.121	710.187	121.662
Industriais	8.711	297.508	39.893	8.434	287.089	30.559
Comerciais	77.017	330.744	65.215	73.380	318.640	51.181
Outras classes	43.809	411.761	56.376	25.539	422.662	52.306
Total Fornecimento	1.053.126	1.755.695	293.521	1.026.474	1.738.578	255.708
MAE E CEPISA			29.725			63.005
Amortização da perda de margem			(13.338)			
Energia Livre (ajuste)			2.603			
Encargo			6.556			
Cap. Emergenc.						
Transmissão			191			243
Outras receitas			9.575			5.266
Consumo próprio	252	3.070		229	2.892	
	1.053.378	1.758.765	328.833	1.026.703	1.741.470	324.222
Energia Comprada						
Medida (GWh)		2.233			2.535	

01660-8 CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO 06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(*) Não revisado

A tarifa média de venda por classe de consumo, líquida de ICMS, está abaixo demonstrada, em R\$/MWh:

	R\$	
	3º TRIMESTRE 2002	3º TRIMESTRE 2001
• Residencial	153,4	157,98
• Industrial	107,9	100,10
• Comercial	156,7	144,53
• Rural	107,2	95,09
• Poderes Públicos	160,6	150,77
• Iluminação Pública	90,6	84,56
• Serviço Público	99,8	94,08

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais

O quadro abaixo demonstra a variação dos Custos dos Serviços Prestados e das Despesas Operacionais em relação ao mesmo período.

	R\$ mil	
	30/09/2002	30/09/2001
Energia Elétrica Comprada para Revenda	105.504	83.956
Encargos de Uso da Rede e Conexão	22.071	18.458
Pessoal	31.761	40.413
Material	6.027	6.102
Serviços de Terceiros	30.439	35.588
Depreciação	29.817	27.335
Outras Despesas/(Receitas)		
• PDD / Contingências	(10.232)	69.265
• Outras	8.766	
Total	224.153	288.680

As Despesas com Pessoal e com Serviço de Terceiro reduziram respectivamente em 21,63% e 14,47% quando comparado com o trimestre do ano anterior. Os Custos de Compra de Energia, Encargos de Transmissão/Conexão aumentaram em relação a 2001 devido a reajuste de preço. As despesas de materiais mantiveram-se estáveis comparados a 2001.

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

As Outras Despesas/(Receitas) Operacionais referem-se basicamente provisões para contingências, devedores duvidosos e aos gastos com seguros, fiscalização, taxas, tributos etc. Nesse trimestre, a Companhia procedeu à reversão de provisões para contingências judiciais no montante de R\$ 10 milhões, acumulando R\$ 25,9 milhões no período (substancialmente multas da ANEEL que deixaram de ser cobradas, além de Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário), o que representou mudança significativa nesse grupo se comparada com o mesmo período de 2001, em virtude do registro de diversas contingências decorrente de levantamento detalhado efetuado pelos consultores jurídicos realizado em 2001.

Despesas Financeiras (Líquidas)

As despesas financeiras líquidas foram maiores quando comparamos o primeiro semestre de 2002 em relação a 2001 principalmente em função do aumento da variação monetária e cambial fruto da elevação da inflação e da relação R\$/US\$. A CEMAR possui financiamentos indexados ao dólar e ao IGPM. Ainda houve o reconhecimento de juros e multas por postergação de pagamentos a Eletronorte e Eletrobrás o que elevou os custos financeiros em R\$ 12 milhões.

PRINCIPAIS INDICADORES

Destacamos a nossa eficiência demonstrada através dos indicadores abaixo :

	<u>30/09/2002</u>	<u>30/09/2001</u>
• EBITDA	59.836	(1.898)
• EBITDA(P)	49.604	67.367
• EBITDA/Receita Líquidas - %	23,54	(0,0073)
• Consumidor / Empregado	735,60	687,68
• Perdas de energia - %	21,1	22,4

OBS: O EBITDA(P) acima demonstrado é um índice específico que envolve o resultado operacional adicionado a depreciação, PDD e contingências.

Os indicadores de eficiência apresentados no trimestre são provenientes de esforços envidados pelos atuais gestores no equacionamento da situação econômico-financeira da Companhia. Todavia, conforme mencionado nas Notas Explicativas, esse esforço concentrou-se em viabilizar a normalidade das operações até a transferência do controle acionário e assim neste período foram postergados pagamentos para a partir de janeiro de 2003, visando a manutenção do equilíbrio do fluxo de caixa atual.

Nos termos do item 1.5 do Fato Relevante, publicado em 7 de outubro de 2002, os interessados em adquirir o controle acionário da Companhia devem apresentar os entendimentos formais com os principais credores quanto à renegociação da dívida da Companhia

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	000001
3 - Nº REGISTRO NA CVM	016608
4 - DATA DO REGISTRO CVM	13/11/1997
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/06/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/06/2006
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	100 % TXT DI OVER EXT GRUPO
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	15.000
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

01660-8	CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	06.272.793/0001-84
---------	-----------------------------	--------------------

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão limitada

14 de novembro de 2002

Aos Administradores
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR
São Luís - MA

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, referentes aos períodos e trimestres findos em 30 de setembro e 30 de junho de 2002 e 30 de setembro de 2001, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
- 3 Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo, para que as mesmas estejam de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 4 As Informações Trimestrais - ITR incluem valores a receber da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE, no montante de cerca de R\$ 59 milhões, conforme mencionado na Nota 5(b), e valores de Energia Livre decorrentes do Acordo Geral

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

do Setor Elétrico, consignados na Lei nº 10.438/2002, conforme mencionado na Nota 5 (a). Esses valores foram obtidos a partir de dados não definitivos disponibilizados pelo MAE e normas do órgão regulador. A definição desses valores aguarda a liberação final dos números, pelo próprio MAE, bem como autorização para liquidação financeira.

- 5 Conforme descrito na Nota 1, a Companhia tem apurado constantes prejuízos em suas operações e apresentou patrimônio líquido negativo e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do período. Como descrito na Nota 2, em 21 de agosto de 2002, a administração da Companhia ajuizou e obteve liminar atendendo a pedido de concordata preventiva, data esta em que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL determinou intervenção na Companhia – obtendo posteriormente na justiça sentença de extinção da concordata preventiva – e designou interventor, competindo-lhe zelar pelo cumprimento das condições do Contrato de Concessão e a edição de atos de gestão e administração, dentre eles apresentar plano de reestruturação econômico-financeira que vise assegurar a capacidade operacional da concessionária e disponibilizar dados e informações visando a apresentação de proposta de aquisição de ações da Companhia aos atuais controladores. Assim, por meio de seu interventor, a Companhia vem negociando prazos para pagamentos de dívidas junto a credores e promovendo outras ações para a adequada continuidade dos serviços prestados aos consumidores. As presentes informações trimestrais, elaboradas de acordo com princípios contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operação, não incluem quaisquer ajustes em virtude das incertezas relacionadas a esses assuntos.
- 6 Conforme descrito na Nota 16, a ANEEL emitiu Relatório de Fiscalização - RF determinando a realização de ajustes contábeis, até 30 de agosto de 2002, os quais poderão trazer conseqüências para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2001 e/ou trimestres posteriores.
- 7 Em 9 de agosto de 2002, emitimos relatório sobre as Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2002 contendo ressalva pelo registro de ativo referente à

01660-8

CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO

06.272.793/0001-84

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

recomposição tarifária do período de racionamento, considerado contingente pela falta de adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, providenciada posteriormente em 26 de agosto de 2002.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" MA

Valdir Renato Coscodai
Sócio
Contador CRC 1SP165875/S-2 "T" PE "S" MA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01660-8	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO	3 - CNPJ 06.272.793/0001-84
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	10
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	31
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	35
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	36
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	38/40